

Apesar de avanços, 0,6% dos brasileiros ainda vive sem acesso a banheiros, revela Censo 2022

A coleta de esgoto e a coleta de lixo avançaram no Brasil nas últimas duas décadas, revelam os novos dados censitários que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta-feira (23), mas apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer.

O Censo 2022 revela que as desigualdades se destacam entre jovens, pretos, pardos e indígenas que são os mais afetados pela falta de saneamento básico. As faixas etárias mais jovens são as mais impactadas pela precariedade, com destaque para as crianças de 0 a 4 anos que apresentam os piores índices com 3,4% sem canalização de água, 0,9% sem banheiro e 57,3% com esgotamento por rede coletora ou fluvial. A população de cor ou raça amarela foi a que apresentou maior índice de acesso à infraestrutura de saneamento, seguida pela de cor ou raça branca.

Em 2022, 3.505 municípios apresentavam menos da metade da população com acesso à coleta de esgoto e 2.386 municípios ainda tinham menos da metade da

população com acesso à rede coletora ou fossa séptica. A pesquisa mostra que 62,5% da população brasileira vivia em domicílios com rede de coleta de esgoto, um aumento significativo em relação aos 44,4% registrados em 2000.

Já a coleta de lixo também apresentou melhora, com 90,9% da população atendida, tendo como tipo de descarte mais frequente a coleta domiciliar por serviço de limpeza (82,5%). São Paulo teve o maior percentual de população atendida por coleta de lixo (99,0%), enquanto o Maranhão registrou o menor (69,8%).

Os dados censitários também revelam que em 2022, 86,6% da população brasileira era abastecida por rede geral de distribuição de água potável, no entanto, ainda há disparidades significativas entre as regiões Sudeste, com o percentual de 91,0%, Nordeste, com 76,3% e Norte, com 55,7%. O Nordeste também apresentou a maior proporção de uso de carros-pipa (3,5%), sendo a forma de abastecimento principal em 68 municípios da região.

Além disso, chama atenção em algumas áreas a pro-



DIVULGAÇÃO

Suyá Quintslr,
professora do
IPPUR/UFRJ e
pesquisadora do
INCT Observatório
das Metrôpoles

fonte de investimento – estas podem ser, por exemplo, consequência dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento 2, lançado em 2011”, afirma.

Sobre os tipos de moradia, a pesquisa revelou que em 2022, 171,3 milhões de pessoas (84,8%) moravam em casas, enquanto 12,5% viviam em apartamentos, o número de moradores de apartamentos vem crescendo, com o registro de 7,6% em 2000, passando para 8,5% em 2010. Aqui o destaque é para o Piauí que tem a maior proporção de pessoas em casas, enquanto o Distrito Federal lidera em apartamentos. Santos (SP), Balneário Camboriú (SC) e São Caetano do Sul (SP) são os únicos municípios do Brasil com predomínio de moradores em apartamentos.

porção da população ligada à rede pública de abastecimento que não a utiliza como principal fonte de água. Segundo Suyá Quintslr, professora do IPPUR/UFRJ e pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles, “ainda é cedo para afirmar as razões para isso, mas os dados parecem indicar problemas de qualidade ou regularidade nos serviços de água, que levam as

pessoas a buscarem outras fontes de abastecimento – principalmente a perfuração de poços”.

A pesquisadora também comentou o quadro geral de melhoria do saneamento e as razões para tal cenário. “Os avanços são importantes, ainda que ocorram de forma mais lenta do que seria desejável. Aqui, cabe destacar que, ao contrário do que afirmado

por consultores no dia do lançamento dos dados no Jornal O Globo, não é possível atribuir o aumento de rede diretamente aos investimentos privados, uma vez que as grandes privatizações ocorreram depois da mudança no Marco Regulatório em 2020. Além disso, ainda não há informações detalhadas que permitam distinguir as melhorias neste intervalo de 10 anos por

Esperança de justiça une mães de vítimas da violência policial no Rio

A longa espera por justiça é uma realidade presente entre as mães de vítimas da violência policial do Rio de Janeiro. Deise Silva de Carvalho, coordenadora e fundadora do Núcleo de Mulheres vítimas da violência do Estado, perdeu o filho Andreu Luiz Silva de Carvalho, em 2008, na época com 17 anos. O adolescente estava internado no Centro de Triagem e Reabilitação (CRT) na Ilha do Governador, zona norte do Rio.

Segundo a mãe, Andreu foi submetido à tortura por uma hora e meia por seis agentes do sistema socioeducativo no CTR na Ilha do Governador.

“Não estou falando de um jovem que se encontrava vulnerável dentro da favela e tomou um tiro [dado] pela PM [Polícia Militar], mas de um jovem que se encontrava sob a tutela do Estado, que veio a óbito com traumatismo craniano, cortes contundentes, mandí-

bula deslocada, pescoço quebrado, deslocamento da retina dos olhos. Segundo depoimento dos jovens, Andreu foi torturado com um saco plástico sobre seu rosto”, contou Deise, sobre parte da violência sofrida pelo filho morto e pelo qual luta por justiça há 16 anos.

“No Brasil, não vivemos um estado democrático de direito e sim um estado de violação ao direito da dignidade humana desses jovens. Andreu deveria pagar dentro das margens da lei, e não este estado democrático decidir quem vai viver ou morrer”, afirmou. “O Estado cometeu um crime e deve pagar pelo seu ato criminoso”, acrescentou.

Há quase 10 anos, a fundadora do Grupo Mães de Manguinhos, Ana Paula Oliveira, luta pela punição dos envolvidos no crime que provocou a morte do filho Jhonatha, no dia 14 de maio de 2014, quando



DIVULGAÇÃO

Depoimentos de parentes resultam em propostas para resolução de crimes

voltava da casa da namorada, às 16h30. Na época, o jovem tinha 19 anos e foi baleado com um tiro nas costas.

Segundo Ana Paula, o policial autor do disparo já respon-

dia, naquele momento, por triplo homicídio e duas tentativas de homicídio, além de ter sido preso um ano antes por causa de outros crimes. “Fato é que ele vivia livre, leve e solto com

a certeza da impunidade dentro da favela de Manguinhos, fazendo uma nova vítima que infelizmente foi o meu filho”, acrescentou Ana Paula.

O julgamento do policial

no Tribunal de Justiça do Rio estava previsto para 2 de fevereiro, mas foi transferido para 5 de março. “O que eu e minha família esperamos é que haja condenação”, afirmou.